

AIHaMBRA PROJECT

Final Conference

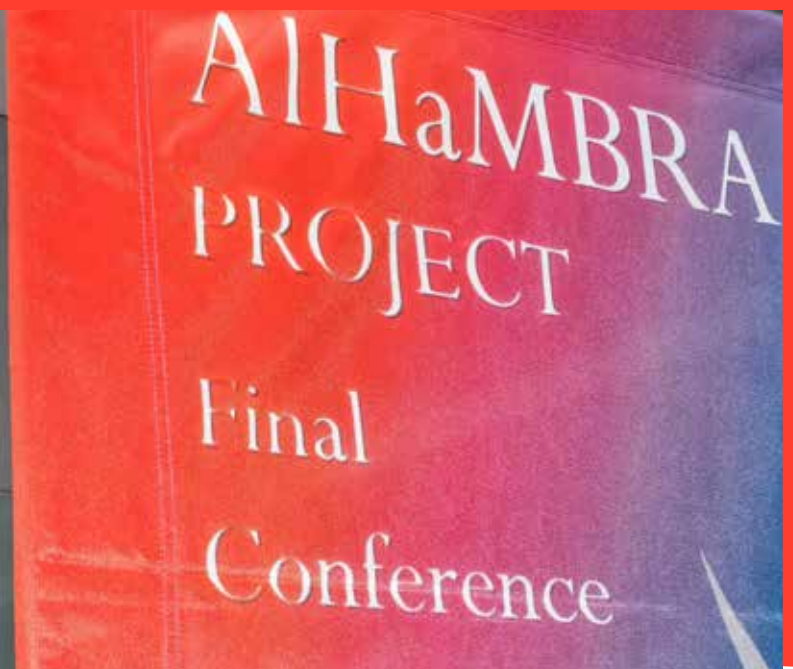
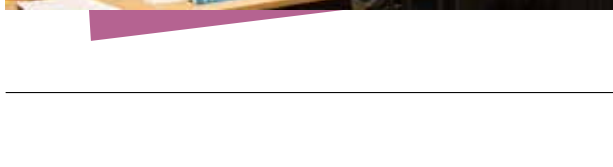


“O grande objetivo é informar os decisores políticos com base na ciência. Conseguimos pôr na agenda a discussão e estou muito satisfeito com a conferência! Muito mesmo!”

Manuel Cardoso

“O AIHaMBRA Project vai ter uma contribuição importante em termos da evidência que temos. Cada vez mais inspirados uns pelos outros, os países têm demonstrado que pretendem mudanças nesta área”

Carina Ferreira-Borges





PROJETO ALHAMBRA: CONFERÊNCIA FINAL DECORREU EM LISBOA E PODERÁ REFORÇAR UE COM DECISÕES MAIS BASEADAS NA EVIDÊNCIA

À margem da Lisbon Addictions, decorreu, nos dias 21 e 22 de novembro, a conferência final do AIHaMBRA, um projeto coordenado pelo SICAD e financiado pelo Programa de Saúde da UE 2014-2020, com a Agência Executiva de Saúde e Digital, da Comissão Europeia, cujo objetivo é apoiar os Estados Membros na obtenção de conhecimento científico, boas-práticas e capacitação na área de danos relacionados com o consumo nocivo de álcool.

Os resultados dos estudos apresentados na conferência realçam o interesse na cooperação e partilha de conhecimento entre os Estados Membros, abrangendo uma ampla gama de tópicos sobre a redução dos danos relacionados com o consumo de álcool, considerando os desafios futuros e o impacto nas políticas de saúde pública da Europa.

De forma a obter informação de base científica, foram apoiados 3 estudos: Estudo sobre publicidade e marketing digital de bebidas alcoólicas, em novas plataformas; Estudo sobre os padrões de consumo de álcool de baixo teor alcoólico, ao longo deste estudo adquiriram-se dados sobre a introdução de novos produtos sem/baixo teor alcoólico bem como a reformulação de produtos existentes por forma a reduzir o teor alcoólico, sendo a reformulação suscetível de maior impacto; Estudo sobre a introdução de mensagens de advertência/informações de saúde sobre álcool, nos e rótulos e/ou embalagens, mostrando evidências de que a informação de saúde em bebidas alcoólicas pode aumentar a percepção de malefícios e contribuir para a redução dos danos sociais/saúde relacionados com o álcool.

Paralelamente, criando sinergias com os resultados do AIHaMBRA Project, os projetos DEEP SEAS e FAR SEAS tiveram também espaço para apresentar os resultados obtidos na área dos malefícios do álcool.

O FAR SEAS visa melhorar a informação, partilha de conhecimento e troca de boas práticas nas áreas do Espectro Alcoólico Fetal (FASD), tendo desenvolvido um projeto piloto e avaliado uma boa-prática baseada em evidências, a nível regional, para reduzir o risco de perturbações da Síndrome Alcoólica Fetal (FASD) e danos relacionados com o consumo de álcool por mulheres grávidas e mulheres em idade fértil, começando com o mapeamento de boas-práticas existentes.

O DEEP SEAS é um projeto que investiga a dimensão transfronteiriça de aquisição de álcool e de marketing e publicidade a álcool em meios digitais. O DEEP SEAS realizou, ainda, um estudo de viabilidade no sentido de desenvolver um plano de implementação regional, para melhores práticas de intervenções breves para reduzir o consumo de risco nos cuidados primários. Em particular, o DEEP SEAS analisa e dá continuação ao trabalho iniciado com a RARHA (Ação Conjunta – Redução dos Danos Relacionados ao Álcool). Tendo o primeiro estudo de monitorização - Standard European Alcohol Survey (SEAS), sido realizado em 19 países e que nesta segunda fase, apresenta dados de 33 países. Foram ainda apresentados os resultados dos workshop sobre álcool ilícito e álcool não registado; ferramentas de eHealth e redução do consumo de álcool em meio laboral.

Todos estes resultados foram apresentados presencialmente pelos seus investigadores e discutidos com profissionais e políticos de diferentes setores, que se relacionam com a saúde pública. O projeto teve um orçamento de 1.399.014,00 Euros e uma duração de 30 meses.

A secretária de Estado para a Promoção da Saúde, Margarida Tavares, marcou presença na abertura do evento, recordando o legado que o SICAD tem deixado pelo mundo em matéria de CAD nos últimos 20 anos, que deve ser mantido e alargado, nomeadamente às questões do álcool. Margarida Tavares recordou ainda que o trabalho de promoção da Saúde não pode ser separado da vida das pessoas e que devemos contar com o envolvimento de todos/as para um mundo mais saudável.

Na sessão de abertura participaram igualmente Manuel Cardoso, sub-diretor-geral do SICAD e coordenador do AIHaMBRA, Antoni Gual, Psiquiatra e investigador de Barcelona e coordenador dos projetos DEEP-SEAS e FAR SEAS, Carina Ferreira-Borges, do Programa de Álcool, Drogas Ilícitas e Saúde Prisional da Agência Europeia de Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis da OMS, e João Goulão, diretor-geral do SICAD.

Dependências acompanhou os trabalhos e entrevistou Manuel Cardoso e Carina Ferreira-Borges

MANUEL CARDOSO, SUBDIRETOR GERAL DO SICAD E COORDENADOR DO ALHAMBRA



Estamos na conferência final... como chegámos até aqui?

Manuel Cardoso (MC) – O AlHAMBRA é o terceiro projeto de uma sequência de três contratos de trabalho com a Comissão Europeia que vêm dar continuidade à Joint Action RARHA, enquanto tentativa de dar suporte a algumas matérias que não foram nem podiam ter sido discutidas na RARHA, porque não havia dimensão para isso, e ainda uma outra dimensão, num dos projetos, que foi repetir o inquérito à população geral e fazer o correspondente relatório...

... que decorreu na UE...

MC – Sim, foram 33 países que participaram no inquérito, desta vez, na anterior tinham sido 20. A ideia do contrato é ouvir participantes da maioria dos estados-membros e, no nosso caso, pretendemos dar um enfoque especial a representantes nomeados de estados-membros, ou seja, pessoas que são pontos focais para as áreas do álcool em cada um dos seus países. Este último projeto tinha duas componentes principais, uma das quais consistia em organizar workshops com cientistas e os representantes dos estados-membros nalgumas dimensões como a saúde eletrónica, o E-Health, a saúde no local de trabalho e a venda de álcool não registado. Fizemos workshops virtuais nessas três dimensões, realizados um a partir da Lituânia e dois de Espanha. Esta conferência, que seria um novo workshop planeado para Lisboa, onde seriam discutidos três estudos, para darem aos investigadores a possibilidade de discutir os resultados com outros investigadores e com representantes de Estados-Membros e assim preparar da melhor maneira o relatório final. O que propusemos à Comissão Europeia e resolvemos fazer, foi realizar uma conferência, mais do que apenas workshops, com estudos específicos, em que apresentaríamos os resultados de todos estes projetos ou contratos: o DEEP SEAS, em que foram apresentados os resultados do inquérito, as intervenções breves, os workshops na área do marketing e publicidade e o FAR SEAS / DEEP SEAS, intervenção junto das mulheres grávidas a propósito do síndrome alcoólico fetal. A ideia foi

juntar, numa mesma conferência, os resultados quer dos workshops, quer dos estudos.

Este é um projeto basicamente de investigação?

MC – Sim, são basicamente projetos de investigação.

Pretende-se que sirvam para a tomada de decisão política baseada na evidência?

MC – Exatamente. A Comissão Europeia fica dona dos projetos, resultados e conclusões e irá posteriormente disponibilizá-las aos estados-membros para que estes possam usar este conhecimento para poderem fazer algo neste sentido. O grande objetivo é informar os decisores políticos com base na ciência. Enquanto na Joint Action era já um trabalho conjunto e uma ação comum dos estados-membros para fazerem coisas concretas no terreno, aqui é muito mais investigação para informar.

Quanto aos três estudos em concreto... o que versaram?

MC – Um tem a ver com o marketing digital e consiste em tentar perceber como é o marketing, ao nível dos social media, dos bloggers e dessa digitalização, que foge completamente ao controlo a que estamos habituados e à forma a como estamos acostumados a ver e fazer publicidade. Um outro estudo apresenta uma novidade: a OMS pediu aos operadores económicos, nomeadamente aos produtores, para reduzirem o teor alcoólico de cada bebida alcoólica. Reduzindo o teor alcoólico da bebida, o consumidor reduzirá o consumo de álcool propriamente dito (etanol) e não de bebida alcoólica. Em suma, consumindo a mesma quantidade de bebida, ingere-se menos álcool. O que o estudo traz é a tentativa de perceber como estão os eEstados ou as comunidades a reagir ao zero álcool ou baixo teor alcoólico em termos de consumo. Uma das questões que foi colocada foi tentar perceber se o cidadão que adquire uma bebida alcoólica de baixo teor de álcool, substitui a bebida alcoólica normal ou se apenas compra mais uma. Essa é a indicação: tentar perceber se uma medida desse género é efetiva em termos de saúde pública. O terceiro estudo tem a ver com rotulagem e o sim ou não a colocar avisos de saúde nesses mesmos rótulos. Um exemplo é "Álcool causa cancro" ou "...é prejudicial à sua saúde". A ideia é que sejam dissuasoras mas, na base, são avisos de riscos para a saúde no consumo de álcool, sob a forma de pictogramas, de mensagens escritas, de juntar ambas e ainda uma terceira vertente consiste em colocar eventualmente ima-

gens físicas ou biológicas, a exemplo do que sucede com o tabaco. Olhando para essa possibilidade, que imagem, como apresentar, que fórmula é ou poderá ser mais efetiva.

Quais são as principais conclusões relativamente aos três?

MC – Parece que pelo menos as mensagens de risco para a saúde podem ser efetivas para alguma redução de consumos. No caso do baixo teor alcoólico, ainda há muito pouco registo mas, a acreditar naquilo que seria a teoria, haverá claramente uma redução da quantidade de álcool puro (etanol) consumido e pelo menos a ideia de que quem compra uma bebida de baixo teor alcoólico compra aquela e não o faz para substituir nada e irá ingerir menos álcool. Menos álcool ingerido deverá significar menos efeitos nocivos derivados dos consumos. E no caso do marketing, que é muito difícil controlar, foram apresentados vários exemplos...

...A Irlanda e a Escócia fizeram já algo semelhante...

MC – A Irlanda sim, já legislou alguma coisa, a Escócia menos e noutro sentido... Mas há outros países cujo caminho é acabar com a publicidade às bebidas alcoólicas. É muito mais fácil controlar... mesmo não proibindo tudo. A mensagem é: é proibida a publicidade ao álcool, mas permitindo exceções, portanto, vai fazer-se a notificação pela exceção, que é fácil de regular, e não propriamente o contrário.

Já anda há muitos anos nestas questões do álcool, inclusive com responsabilidades no seio da OMS e da Comissão Europeia, onde liderou organizações relacionadas com a RARHA... acredita verdadeiramente que estamos a construir um passo para a mudança nesta área, nomeadamente através das conclusões que saem daqui?

MC – Sempre passo a passo... Uma coisa é certa: é verdade que perdemos gás quando não conseguimos repetir ou renovar uma segunda estratégia europeia. Aí, a indústria, a comunidade, os políticos, quem quer que seja, reduziu a capacidade de intervenção nesta área. Mas, ao mesmo tempo com a RARHA e a seguir, com os projetos que viemos a desenvolver, conseguimos pôr na agenda a discussão. Porque estas matérias não eram discutidas.

Está satisfeito com esta organização?

MC – Muito satisfeito com a conferência! Muito mesmo!



CARINA FERREIRA-BORGES, PROGRAMA DE ÁLCOOL, DROGAS ILÍCITAS E SAÚDE PRISIONAL DA AGÊNCIA EUROPEIA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS DA OMS

Será finalmente este AIHaMBRA Project que irá mudar a abordagem da Europa relativamente ao consumo de álcool?

Carina Ferreira-Borges (CB) – O AIHaMBRA Project vai ter uma contribuição importante em termos da evidência que temos. Mas mudar... não diria. Julgo que ainda temos um caminho a percorrer mas, obviamente, esta é uma grande contribuição. O caminho a percorrer não é fácil. É um caminho simples porque, quando aplicamos a evidência e usamos a evidência que temos para as decisões políticas as coisas resultam. Fácil não é porque envolve vários interlocutores e que a informação necessária esteja disponível. Vou dar um exemplo: a maior parte das pessoas não sabe que o consumo de álcool está ligado ao desenvolvimento de certos tipos de cancro desde o primeiro copo. Esta é uma informação fundamental também para termos, do ponto de vista da população, um maior entendimento de muitas das políticas do álcool. Diria que estamos a caminho...

A propósito, no ano passado víamos no relatório da UE essa questão do cancro associada ao consumo de álcool... dois meses depois, o Parlamento Europeu não aprovou medidas no sentido de elevar a taxação do álcool, de tornar a rotulagem mais eficaz, de limitar a fácil acessibilidade... que UE é esta?

CB – As discussões em torno do álcool e do seu consumo devem ser pautadas pela evidência e não +e segredo para ninguém que existem interesses económicos relacionados com a produção e com a venda do álcool. E a

UE foi até criada com um ponto de vista económico, muito mais do que com um ponto de vista focado na saúde, portanto, existe uma discussão que continua a ter que ser feita entre o balanço das políticas económicas e a contribuição destas para a saúde. Acho que o Covid veio dar um bom exemplo de que, independentemente do valor que as políticas económicas possam ter, sem saúde não temos maneira de assegurar uma economia saudável. Creio que devemos começar a eleger também estes tipos de abordagens no que diz respeito ao consumo do álcool. Compreender que o consumo de álcool é uma questão de saúde pública, temos um milhão de pessoas que perdem a vida todos os anos por causa do consumo do álcool, o que representa um grande impacto económico e financeiro nos países e, portanto, a discussão pode e deve ter também contornos económicos, uma vez que é uma mais-valia o investimento dos governos em questões de saúde pública e na redução do consumo de álcool na Europa. Mas é uma questão difícil, sim.

Entretanto, continuamos a ter uma Europa a diferentes velocidades, com uma Escócia ou Irlanda, por exemplo, que inovam e começam a produzir resultados e depois temos países, se calhar a maioria, que até dispõem dessa evidência que vocês facultam mas não a aplicam na tomada de decisões políticas...

CB – Creio que essa questão é muito relevante e temos de facto várias velocidades, mas temos visto também que existem grandes progressos em muitos países. Existe cada vez mais uma maior compreensão do que são os efeitos nocivos do consumo de álcool e da necessidade de os estados protegerem as populações relativamente a esses efeitos e, para isso, a necessidade de mudar a narrativa em relação ao consumo de álcool. Não é uma substância inócua. Provoca cancro e aumenta

as iniquidades entre as populações e daí muitos países, como falou, entre os quais a Escócia ou a Irlanda, terem decidido avançar com políticas públicas muito importantes na área do álcool, entre as quais a rotulagem, porque é muito importante que as pessoas tenham informação para poderem fazer escolhas. E é importante não só a questão da informação individual mas igualmente das políticas públicas da proteção das crianças porque sabemos que quando estas estão sujeitas a marketing extensivo mudam a maneira como se comportam no futuro e sabemos pela evidência que, muitas vezes, a idade de início do consumo de álcool é afetada pelo facto de os jovens estarem expostos ao marketing. Portanto, os países têm tomado cada vez mais consciência, a Finlândia banuiu o marketing online do álcool... são medidas de saúde pública extremamente importantes e que têm um impacto muito grande na prestação das populações. Portanto, temos visto esse avanço e creio que, cada vez mais inspirados uns pelos outros, os países têm demonstrado que pretendem mudanças nesta área, algo que ficou claramente exposto na adoção do documento da OMS no Comité Regional, um framework comum nos estados-membros.

Esta é a última conferência do projeto... e daqui para a frente?

CB – Este é um projeto que envolve os estados-membros numa ação conjunta. A UE está a dar oportunidades aos estados-membros para continuarem estas iniciativas conjuntas, uma vez que são plataformas importantes de troca de informação e de conhecimento e de produção de evidência que fazem avançar as políticas públicas. Portanto, espero que continue e sei que existem oportunidades e congratulamo-nos com estas ações da UE e com a possibilidade de continuarmos estes esforços conjuntos entre países.

